



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI ORDINÁRIA Nº 4837/2005</b>		
Ementa <b>ALTERA A LEI Nº 4.269, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PARA A REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES ACIMA DA TAXA DE OCUPAÇÃO PERMITIDA OU QUE OCUPEM ÁREA DE RECUO OBRIGATÓRIO.</b>		
Data da Norma <b>23/12/2005</b>	Data de Publicação	Veículo de Publicação
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b> 26/06/2023	<b>Norma Relacionada</b> <a href="#">Lei Ordinária nº 8005/2023</a>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b> Revogada pela



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO  
ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

Aut. Nº	215/05
P.L. Nº	259/05 129/05
Publ.:	06/01/06

LEI Nº 4.837 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2005.

*"Altera a Lei nº 4.269, de 11 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a compensação financeira para a regularização de edificações acima da taxa de ocupação permitida ou que ocupem área de recuo obrigatório."*

**JOSÉ ONÉRIO DA SILVA**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - O Poder Executivo poderá regularizar edificações localizadas no perímetro urbano, cuja taxa de ocupação seja superior à permitida pela Lei 4.066 de 24 de setembro de 2.001, ou que ocupem área do lote que corresponda a recuo obrigatório, mediante contrapartida ou compensação a ser prestada pelo beneficiário para a outorga onerosa do direito de construir, desde que não haja restrição urbanística imposta pelo loteador, por ocasião da aprovação do loteamento.

**§ 1º** - A contrapartida ou compensação financeira a ser prestada pelo beneficiário será fixada pelo Poder Executivo, utilizando-se a seguinte fórmula de cálculo para a cobrança respectiva:

$$CF = \frac{VFQ \times AOI \times PCF}{TO}$$

Onde :

CF = Compensação Financeira;  
VFQ = Valor de Face da Quadra da Planta Genérica de Valores;  
AOI = Área Ocupada Irregularmente; e  
TO = Taxa de Ocupação (em percentagem) e  
PCF = Percentual de Compensação Financeira.

**§ 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a impor os Percentuais de Compensação Financeira até o limite de:



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

**SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

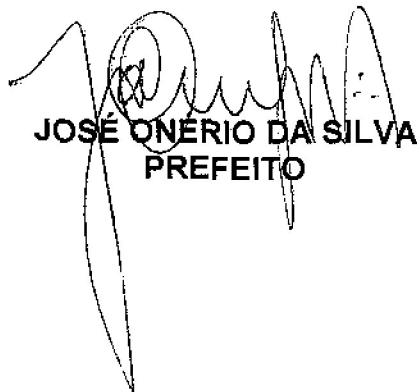
I - 60% (sessenta por cento) nas ZC (Zonas Comerciais) e nas ZPR (Zonas Predominantemente Residenciais); e

II - 160% (cento e sessenta por cento) nas ZR (Zonas Residenciais), nas ZI (Zonas Industriais), nos CCS (Corredores de Comércio e Serviço) e ZIH (Zonas de Interesse Histórico).

**Art. 2º** - Ficam revogados os arts. 2º, 4º e 5º da Lei nº 4.269, de 11 de dezembro de 2001, e respectivas alterações subsequentes.

**Art. 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a 01 de julho de 2005.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 23 de dezembro de 2005.



**JOSÉ ONÉRIO DA SILVA**  
**PREFEITO**